

HABEAS CORPUS Nº 512.605 - MG (2019/0152935-5)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : RENATA MARIA BATISTA (PRESO)

DECISÃO

RENATA MARIA BATISTA alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais** na Apelação Criminal n. 1.0388.17.003044-8/001.

Consta dos autos que a paciente foi condenada, em primeiro grau, à pena de 4 anos e 2 meses de reclusão, no regime semiaberto, mais multa, pela prática do delito descrito no art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Irresignada, a defesa interpôs apelação criminal perante o Tribunal de origem, que deu parcial provimento ao recurso defensivo, a fim de **revisar a fração relativa à minorante** prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Drogas e tornar a reprimenda definitiva em **2 anos e 6 meses de reclusão, no regime inicial aberto**, mais multa; na ocasião, a **sanção reclusiva foi substituída** por medidas restritivas de direitos.

Busca-se, por meio deste *writ*, seja aplicada a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas no patamar máximo.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

Decido.

Segundo o disposto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, "Nos delitos definidos no *caput* e no § 1º deste artigo, as penas poderão

ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa."

Observa-se, assim, que o dispositivo legal estabelece apenas os requisitos necessários para a aplicação da minorante nele previsto, deixando, contudo, de estabelecer os parâmetros para a fixação do *quantum* de diminuição de pena.

Nesse sentido, tanto a Quinta quanto a Sexta Turmas deste Superior Tribunal firmaram o entendimento de que, considerando que o legislador não estabeleceu especificamente os parâmetros para a escolha da fração de redução de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, devem ser consideradas, para orientar o cálculo da minorante, **as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do Código Penal e, especialmente, o disposto no art. 42 da Lei de Drogas**. A propósito, confira-se o seguinte julgado: **AgRg no REsp n. 1.429.866/MT**, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 1º/6/2015.

No caso, a Corte estadual salientou o seguinte ao revisar a pena (fls. 321-322, destaquei):

Subsidiariamente, também pugna a defesa pela aplicação da causa especial de diminuição de pena, constante do §4º, do art. 33 da Lei 11.343/2006, em seu grau máximo.

Não há nos autos qualquer indicativo que impeça a redução da pena, uma vez que, nos termos do §4º do art. 33 da Lei Antidrogas, para que seja aplicada a norma do tráfico privilegiado deve ser o agente: primário, de bons antecedentes e não deve se dedicar a atividades criminosas, tal qual como procedido pelo juízo de primeiro grau e afirmado quando do exame do recurso ministerial.

No entanto, a quantidade de droga e a lesividade do narcótico apreendido na posse do recorrente impossibilitam a redução da pena em grau máximo pelo tráfico privilegiado. Com efeito, **considerada a quantidade de droga e a sua nocividade, entendo que a fração mais adequada é a redução da pena à metade**.

Nessa esteira, distantes causas gerais ou especiais de aumento de pena, finalizo a reprimenda imposta a Renata Maria Batista em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, e 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa.

Veja-se, portanto, que o Tribunal de origem fundamentou concretamente a aplicação do privilégio previsto no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas na fração de 1/2, salientando, para tanto, **condições entre as estabelecidas no art. 42 da Lei de Drogas**, quais sejam, **a natureza e a quantidade dos entorpecentes apreendidos**.

Embora tais argumentos constituam, de fato, elementos concretos e idôneos a justificar a eleição da fração do redutor, **considero que o montante de substâncias encontrado com a acusada (11 g de crack no total) não foi excessivamente elevado** a ponto de, isoladamente, evidenciar a acentuada reprovabilidade da conduta da ré. Entendo, assim, ser **desproporcional sopesar, no caso ora analisado**, apenas essa circunstância para justificar a incidência da minorante no patamar mínimo.

Ainda, destaco que, segundo entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal, "A dosimetria da pena é matéria sujeita a certa discricionariedade judicial. O Código Penal não estabelece rígidos esquemas matemáticos ou regras absolutamente objetivas para a fixação da pena. Cabe às instâncias ordinárias, mais próximas dos fatos e das provas, fixar as penas e às Cortes Superiores, em grau recursal, o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, **bem como a correção de eventuais discrepâncias, se gritantes ou arbitrárias**" (HC n. 122.184/PE, Rel. Ministra Rosa Weber, 1ª T., DJe 5/3/2015), **situação que reputo devidamente caracterizada nos autos**.

Assim, identifico a contrariedade ao § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e **fixo a fração de diminuição de pena no patamar de 2/3**. Ressalto que estou fixando a fração máxima, porque, a despeito da natureza da droga apreendida, sua quantidade não pode ser considerada expressiva (**apenas 11 g de crack**).

Procedendo-se, pois, à nova dosimetria da pena, verifico que a reprimenda-base ficou estabelecida no mínimo legal, ou seja, em 5 anos de reclusão e pagamento de 500 dias-multa. Na segunda fase, não há nenhuma agravante ou atenuante. Na terceira etapa, reduzo a reprimenda em 2/3, em decorrência da causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, tornando a pena da acusada definitivamente estabelecida em **1 ano e 8 meses reclusão e pagamento de 166 dias-multa**.

Superior Tribunal de Justiça

À vista do exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **concedo a ordem**, a fim de aplicar em 2/3 a causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e, por conseguinte, reduzir a reprimenda da paciente para **1 ano e 8 meses reclusão e pagamento de 166 dias-multa**.

Comunique-se, com urgência.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ
Relator